



**ACÓRDÃO Nº1400/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12381/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Previdência de Rio Preto da Eva – RIOPREV.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Larissa Farah da Costa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1232/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto de Previdência de Rio Preto da Eva - RIOPREV. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Instituto de Previdência de Rio Preto da Eva, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade da Sra. **Larissa Farah da Costa**, Ex-Diretora Presidente do Instituto de Previdência de Rio Preto da Eva e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

**10.2. Aplicar Multa** à Senhora **Larissa Farah da Costa**, Ex-Diretora Presidente do Instituto de Previdência de Rio Preto da Eva e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), por atos ilegítimo/ antieconômico que resultaram em injustificado dano ao erário, com fulcro no artigo 54, inciso V, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso V, da



**ACÓRDÃO Nº1400/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades correlacionados nos itens de 25 e 34 da Fundamentação do Relatório/Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Considerar em Alcance à Sra. Larissa Farah da Costa, Ex-Diretora** Presidente do Instituto de Previdência de Rio Preto da Eva e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 670.000,00** (seiscentos e setenta mil reais), relativo à impropriedade nº. 34 (Justificar e/o encaminhar a documentação comprobatória, referente ao recolhimento das contribuições previdenciárias descontadas dos Servidores da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva, sob o Regime Geral de Previdência, Instituto de Previdência de Rio Preto da Eva - RIOPREV, comprovando assim, os referidos recolhimentos ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, no montante de **R\$ 670.000,00** (seiscentos e setenta mil reais), além da possibilidade de uso indevido das referidas verbas, na Gestão do Presidente Francisco Aurélio Felix Nogueira, nos anos de 2019/2020) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Municipal para o órgão Instituto de Previdência de Rio Preto da Eva, tudo em consonância com o artigo 304, inciso III, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, devendo o montante ser recolhido na esfera Municipal, com a devida comprovação nestes autos (art. 72, III, “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE).

**10.4. Determinar À ORIGEM** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do



**ACÓRDÃO Nº1400/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

- 10.4.1.** Ausência de informações sobre se a política anual de investimento dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões foram devidamente aprovadas pelo órgão superior competente, antes da sua implementação conforme disposto no art. 5º da Resolução CMN nº 3922/2010;
- 10.4.2.** Ausência de Comprovação se foi emitido Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP pelo Ministério da Previdência Social – MPS ao RPPS (art. 7º da Lei nº 9.717/98, art. 1º do Decreto nº 3.788/01 e art. 5º da Portaria MPS nº 204/08;
- 10.4.3.** Ausência de comprovação se há registro individualizado das contribuições de cada Servidor e da parte patronal (art. 1º, VII, da Lei nº 9.717/98, art. 18 da Portaria MPS nº 402/08 e arts. 12 a 15 da Portaria MPS nº 403/08);
- 10.4.4.** Ausência de informações se foram concedidos empréstimos a Servidores ou ao Município utilizando recursos do RPPS (art. 6º, V, da Lei nº 9.717/98 e art. 43, § 2º, II, da LRF);
- 10.4.5.** Ausência de comprovação se a política anual de investimento dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões foram devidamente aprovadas pelo órgão superior competente, antes da sua implementação conforme disposto no art. 5º da Resolução CMN nº 3922/2010;
- 10.4.6.** Ausência de comprovação se foi realizada avaliação atuarial inicial e em cada balanço (art. 1º, I, da Lei 9.717/98);
- 10.4.7.** Ausência de comprovação se a avaliação atuarial foi assinada por atuário (art. 5º, “d”, do Decreto Lei 806/69 e art. 8º do Decreto 66408/70);
- 10.4.8.** Ausência de comprovação se houve recenseamento previdenciário com periodicidade não superior a cinco anos (art. 9º, II, da Lei nº 10.887/04 e art. 15, II, da ON SPPS/MPS nº 02/09);
- 10.4.9.** Ausência de comprovação se existe colegiado ou instância de decisão em que seja garantia a participação dos segurados ativos e inativos – Conselhos de Administração e Conselho Fiscal (Art. 1º, VI, da Lei nº 9.717/98; art. 5º, V, da Portaria MPS Nº 204/08 e art. 10, § 3º, da Portaria MOS nº 402/08), não consta o número da Carteira de Identidade e CPF do Regimento dos Servidores



**ACÓRDÃO Nº1400/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Ativos no Conselho Municipal de Previdência Social;

- 10.4.10.** Ausência de comprovação se foi emitido o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP pelo Ministério da Previdência Social – MPS ao RPPS (art. 7º da Lei nº 9.717, art. 1º do Decreto nº3.788/08, ou se o Município de Itacoatiara está com o CRP emitido por determinação judicial (art. 5º da Portaria MPS nº 204/08, art.1º do Decreto nº3.788/01 e art. 7º da Lei nº 9.717/98);
- 10.4.11.** Ausência de comprovação se o sistema de Controle Interno emitiu Relatório sobre as contas, existe alguma manifestação ou Parecer de Auditoria, como determina o art. 74 da CF/88;
- 10.4.12.** Ausência de comprovação se a alíquota da taxa de administração foi fixada em diploma legal e se as despesas administrativas realizadas pelo RPPS, foram destinadas de acordo com os regulamentos do MPS (art. 6º, VII, da Lei nº 9.717/98, art. 15 da Portaria MPS nº 402/08 e art.41 da ON SPPS/MPS nº 02/09);
- 10.4.13.** Ausência de comprovação se o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR e as demonstrações contábeis – Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Patrimonial e Notas Explicativas – foram encaminhados ao Ministério da Previdência Social nos respectivos prazos e cumpridos pelo RPPS, conforme legislação específica (art. 1º e 9º, I, da Lei nº 9.717/98, art. 5º, XVI, “f” e “h” e § 6º, I e III, da Portaria MPS nº 204/08 e arts. 6º, 16 e 17 da Portaria nº 402/08, Portaria MPS nº509/13 e Portaria STN nº 634/13);
- 10.4.14.** Ausência de comprovação se a escrituração contábil do RPPS é destinada do ente federativo (art. 1º, caput, da Lei nº9.71798, art. 16 da Portaria MPS nº 402/08 e art. 5º, XIII, da Portaria MPS nº204/08);
- 10.4.15.** Ausência de comprovação se o Novo Plano de Contas foi adotado pelo RPPS (ART. 1º da Lei nº 9.717/08, Portaria MPS nº 509/13 e Portaria STN nº 634/13);
- 10.4.16.** Ausência de informação se houve parcelamento das contribuições de acordo com a legislação municipal e federal (art. 1º, II, da Lei nº 9.717/98, art. 5º, I, “d” Portaria MPS nº 204/08 e arts. 5º e 5º-A da Portaria MPS nº 40208);
- 10.4.17.** Ausência de informação se foram enviados todos os processos de Aposentadorias e Pensões concedidas no período, ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE, conforme determina o (art.71, III, da CF/88, e da



**ACÓRDÃO Nº1400/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Resolução TCE/AM nº 02, DE 02/04/14);

- 10.4.18.** Ausência de comprovação se o RPPS enviou o Demonstrativo da Política de Investimento – DPIN ao Ministério da Previdência Social – MPS (art. 1º parágrafo único, art. 6º, IV e VI da Lei 9.717/98, art. 5º, XVI, “g”, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 1º da Portaria MPS nº519/11);
- 10.4.19.** Ausência de comprovação se houve encaminhamento do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR do RPPS ao MPS, conforme determina o (art. 6º, IV, da Lei nº 9.717/98, art. 5º, XVI, “d”, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 22º da Portaria MPS nº402/08);
- 10.4.20.** Ausência de comprovação se os recursos previdenciários foram aplicados no mercado financeiro de acordo com as determinações legais, conforme determina o (art. 6º, IV e VI da Lei 9.717/98, art. 25. Houve encaminhamento do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR do RPPS ao MPS, conforme determina o (art. 6º, IV, da Lei nº 9.717/98, art.43, § 2º, I, da L.R.F.; Portaria MPS nº 519/11; Resolução CMN, nº 3.922/10), Anexo III – Planilha de Recursos Previdenciários Aplicados em Fundo de Investimentos;
- 10.4.21.** Ausência de informação se o Relatório da Política de Investimentos, se permanecem guardados pelo prazo de 10 anos (art. 1º, § 3º, da Portaria MPS nº 519/11);
- 10.4.22.** Ausência de comprovação se se a alíquota estipulada atuarial está sendo observada, conforme determina o (art. 22, da ON SPPS/0209);
- 10.4.23.** Ausência de informação se houve solicitação de compensação previdenciária junto ao INSS, conforme determina (art. 4º da Lei nº 9.769/99, art. 1º do Decreto nº 3.112/99 e art. 1º da Portaria MPS nº6.209/99);
- 10.4.24.** Os Servidores Ativos e Inativos, assim como pensionistas, têm acesso às informações relativas à gestão do RPPS de Rio Preto da Eva, (art. 5º, VIII, da Portaria MPS nº 204, art. 12 da relativa à gestão do RPPS de Rio Preto da Eva, (art. 5º, VIII, da Portaria MPS nº20408, art. 12 da Portaria MPS nº 40208 e art. 1º, VI, da Lei nº 9.717/98);
- 10.4.25.** Ausência de apresentação da comprovação do envio das Informações e Dados Contábeis do RPPS à Secretaria da Previdência Vinculada ao Ministério da Fazenda – MF, conforme determina o art. 5º XVI, “f” e § 6º, III, da Portaria MPS nº 204/08 e arts. 6º e 16 da Portaria MPS nº 402/08, Portaria MPS nº 509/13 e arts. 1º e 9º, I, da Lei nº 9.717/98);
- 10.4.26.** Apresentar quais as providências adotadas pelo RIOPREV





**ACÓRDÃO Nº1400/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

acerca das ações de recuperação de créditos a curto prazo, referentes às contribuições do RPPS a receber, no valor expresso no Balanço Patrimonial (Anexo 14) Exercício, considerando o art. 58 da LRF;

- 10.4.27.** Ausência de esclarecimento de forma detalhada quais as providências que estão sendo adotadas acerca do (não) repasse das contribuições previdenciárias devidas ao RIOPREV, no Exercício de 2019, referente à contribuição dos servidores da Prefeitura do Município de Rio Preto da Eva, e o valor pendente, conforme determina o (art. 24, § 1º, II, da Orientação Normativa SPPS/MPS 02/09, art. 5º, I, “a”, “b” e “c”, da Portaria MPS nº 204/08 e art. 1º, II, da Lei nº 9.717/98);
- 10.4.28.** Ausência de informação se foram elaborados Relatórios detalhados sobre a rentabilidade e os riscos das operações financeiras nas aplicações dos recursos do RIOPREV, referente ao exercício de 2019, aos quais deveriam ser submetidos às instâncias superiores de deliberação e controle, conforme art. 3º, V, Portaria MPS 519/11);
- 10.4.29.** Ausência de esclarecimento se houve resgates de Recursos do RIOPREV, no Exercício de 2019, uma vez que os mesmos devem, estar aplicados em fundos de investimentos, com o objetivo de assegurar recursos necessários ao pagamento dos compromissos do Plano de Benefícios do RPPS ao longo do tempo;
- 10.4.30.** Ausência de informação ao que faz referência a conta “Fornecedores Nacionais”, presente no Passivo Circulante;
- 10.4.31.** Ausência de informação se o Instituto possui Ativo Circulante, o qual não foi localizado após análise a demonstração;
- 10.4.32.** Ausência de informação se Instituto possui Ativo Imobilizado, com informações de quais Ativos compõem a conta, e conjuntamente caso haja Bens Móveis e Imóveis, apresentar Depreciação e método de cálculo utilizado, assim como amortização ou exaustão;
- 10.4.33.** Ausência de envio, via Sistema e-Contas, dos Balancetes Mensais do RIOPREV, referentes ao período de Janeiro a Dezembro, ao TCE/AM, contrariando, assim, o estabelecido pela LC 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, II, da LC 24/2000 e a Resolução nº 13/2015;
- 10.4.34.** Ausência de justificativas ou de encaminhamento da documentação comprobatória, referente ao recolhimento das contribuições previdenciárias descontadas dos Servidores da Câmara Municipal de Rio Preto da Eva, sob o



**ACÓRDÃO Nº1400/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Regime Geral de Previdência, Instituto de Previdência do Município de Rio Preto da Eva – RIOPREV, comprovando assim, os referidos recolhimentos ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, no montante total de R\$ 670.000,00, além da possibilidade de uso indevido das referidas verbas, na Gestão do Presidente Francisco Aurélio Felix Nogueira;

**10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 31ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 23 de Agosto de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição.